

# CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLI - 2002

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

BATATA, Carlos, *As Origens de Tomar – Carta Arqueológica do Concelho*, Tomar, 1997, 359 pp.

«Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.» Começa, assim, o artigo 3.º, da Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro, que estabelece as «bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural». Apresenta-se este excerto como forma de ilustrar a importância e valor já concedidos ao património cultural e ao património arqueológico neste incluído; uma importância e valor expressos em Lei, reflectindo as preocupações do Estado e, consequentemente, de uma faixa significativa da população portuguesa.

Parece também ser necessário aceitar que a globalização despertou um certo receio de perda da “identidade nacional”. O património cultural surge, deste modo, como último reduto dessa identidade colectiva que convém preservar.

Deste modo, a primeira tarefa a empreender para que a salvaguarda do património cultural seja efectiva será a sua identificação e respectiva localização. Num âmbito mais específico, a identificação do património arqueológico, a nível nacional, é uma tarefa fundamental, reconhecendo-se, para isso, a relevância dos contributos dos estudos locais e regionais e das cartas arqueológicas concelhias.

É neste contexto que se pode integrar a carta arqueológica do concelho de Tomar, publicada em 1997. Trata-se de uma obra de Carlos Batata, em colaboração com o Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar.

A obra tem uma apresentação bastante sóbria e está estruturada de forma simples e de fácil consulta. Na Introdução, temos uma breve descrição da história da investigação arqueológica no concelho, refere-se a metodologia utilizada e identificam-se os períodos cronológicos que serão focados. O Autor termina a Introdução escrevendo que «*mais do que uma obra de eruditos*» este livro pretende ser «*um guia geral sobre a arqueologia do concelho de Tomar*». Posteriormente, faz-se a localização geográfica do concelho e a sua caracterização geológica. Nos capítulos seguintes, o Autor introduz uma breve descrição dos períodos cronológicos que pretende tratar e refere a representatividade destes no concelho. Segue-se a identificação e localização das estações arqueológicas. São, ainda, inseridas outras categorias como, por exemplo, «*Estações indefinidas*», «*Achados avulsos*», «*Pontes*» e «*Minas*». Nos quatro capítulos seguintes trata-se, respectivamente, de inscrições romanas, moedas romanas, estelas funerárias medievais e lendas do concelho. Na Conclusão, é feita uma consideração geral do trabalho executado, salientam-se os métodos usados e são enunciadas algumas «*vertentes*» e «*perspectivas*» que possibilitam, na opinião do Autor, o prosseguimento da investigação. Finalmente, segue-se uma série de artigos, apresentados como anexos e uma extensa lista da bibliografia utilizada.

A presente carta arqueológica do concelho de Tomar parece corresponder ao que se considera ser a função de uma obra deste tipo: localizar geograficamente os vestígios arqueológicos identificados. Contudo, certos aspectos poderiam ter sido melhorados. Para além de várias omissões na paginação e de erros sintácticos, não se percebe bem o porquê de algumas fotografias como, por exemplo, as de instrumentos líticos de proveniência incerta (ver pp. 49, 51, 53, 57, entre outras). A colocação de fotografias em tão grande número, a cores ou a preto e branco sem, aparentemente, obedecer a critérios de diferenciação, a sua colocação sem ligação ao texto a que se justapõem e a falta de coerência dos tamanhos das fotos em relação ao seu tamanho natural ou relevância (por exemplo, as fotografias da maioria das epígrafes são ininteligíveis), são também pormenores que poderiam ser corrigidos.

Numa obra com algum requinte gráfico como esta seria, igualmente, de evitar que as cartas com a localização dos vestígios arqueológicos fossem de pouca qualidade, especialmente se as compararmos com fotografias que, apesar de serem de escassa relevância, tiveram melhor tratamento. A colocação destas cartas no final dos capítulos, onde se faz a caracterização geral do período cronológico deveria também ser revista, pois a sua interpretação pode ser duvidosa. Cada carta apresenta uma série de pontos numerados, sem que haja referência anterior ao significado destes números. Se estas aparecessem no final do capítulo «Estações Arqueológicas do Concelho de Tomar» seria de mais fácil compreensão, uma vez que só aí se encontram os números correspondentes aos pontos assinalados (embora o Autor não o explicita). A localização, na obra, da referência a pontes e minas de interesse arqueológico é também de rever. A sua introdução num capítulo diferente dos que integram o período cronológico de que fazem parte não parece justificar-se.

Nesta carta arqueológica, suscita particularmente a atenção o facto de a época medieval ser identificada apenas como fase de ocupação cristã pós-Reconquista! O período de ocupação árabe aparece em capítulo à parte, com a referência de que o concelho estaria, na época, despovoado (tese inicialmente defendida por Salete da Ponte<sup>1</sup> e, entretanto, reformulada<sup>2</sup>). Esta distinção entre época árabe e época medieval é incompreensível e a tese da “terra de ninguém” há muito que já não se justifica. Necessita, portanto, de rectificação.

É interessante a escolha do Autor ao fazer a caracterização sucinta de cada período cronológico. No entanto, este tipo de informação, sob pena de se tornar demasiado redutor e simplista e por não corresponder especificamente aos fins de uma obra como esta, seriam de evitar. São dados não inéditos e de fácil pesquisa por quem queira saber mais sobre determinado período. A representativi-

---

<sup>1</sup> Cf. PONTE, Salete, “Tomar: História e Geografia Humanas no Tempo e o Espaço”, *Arqueologia na Região de Tomar, Suplemento do Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar* n.º 1, 1985, p. 21.

<sup>2</sup> Cf. PONTE, Salete e MIRANDA, Judite, “Castelo Templário e Convento de Cristo – Ocupação Paleocristã e muçulmana”, *Al-Madan* n.º 7, II.ª série 1998 pp. 175-177.

dade dos períodos cronológicos no concelho e as alterações na ocupação do território aqui abordados mereceriam, na maioria dos casos, um maior e melhor desenvolvimento.

A obra apresenta outros problemas relativos aos conteúdos. Muitas vezes são enunciados vestígios encontrados, sem que se faça referência à sua cronologia ou tipologia e sem que a descrição seja, de facto... descritiva! Por exemplo, na pág. 242, refere-se a Ponte dos Casais, acerca da qual apenas se refere a localização e data da descoberta, e se diz que é «uma pequena ponte de dois arcos não perfeitos. Não se conhecem quaisquer dados sobre a sua cronologia ou função.»?!

O tipo de tratamento que alguns vestígios recebem nada tem a ver com o de outros. Por vezes, a informação torna-se um pouco excessiva, sobretudo se tivermos em conta que são dados já publicados e, por isso, de fácil acesso por parte daqueles que queiram aprofundar os seus conhecimentos acerca de determinada estação (veja-se, a título de exemplo, a descrição que é feita para o *forum* romano).

Outros aspectos estão sujeitos a ser postos em causa. Assim, veja-se a referência a materiais sem contexto (p. 136), a introdução de «Estações paleolíticas não confirmadas» (p. 137) ou de «Achados Avulsos» (p. 163). Não se percebe a relevância destes elementos, até mesmo porque deles não se pode retirar informação ao serem, assim, isolados do seu contexto pelo Autor ou por, simplesmente, não o terem. São igualmente questionáveis as escolhas feitas na selecção dos anexos, que mais se assemelham a artigos sem relação absoluta com os propósitos da carta arqueológica, e na transcrição de lendas populares, sem que se perceba a sua ligação ao conteúdo da obra.

Contudo e apesar dos aspectos anteriormente focados, esta obra de Carlos Batata não deixa de ser de louvar pelo facto de ser a primeira carta arqueológica do concelho de Tomar e também pela sua utilidade. Foi o início de um trabalho de valor inquestionável mas que necessita de revisão, actualização e maior difusão, para que então se possam verificar verdadeiros progressos em termos de valorização do património arqueológico (e do património cultural, em geral) e de vivência da cidadania.

SARA R. DOS SANTOS

*Nota da Direcção:* Apesar de nela se analisar uma obra já publicada há um certo tempo, pareceu-nos oportuno dar à estampa esta apreciação, num momento em que fazer a Carta Arqueológica de um concelho se tornou “obrigação” nem sempre levada a bom termo.